ESCÂNDALO DO INSS

Stefanutto sabia das fraudes, afirma PF

Corporação diz que o ex-presidente, após suspender repasses a entidades, ante as denúncias de irregularidades, buscou solução para a retomada dos descontos

» LUANA PATRIOLINO

A Polícia Federal apontou que Alessandro Stefanutto, presidente demitido do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), tinha ciência e deu o aval para o esquema fraudulento que teria movimentado cerca de R$ 6 bilhões por meio de descontos indevidos de taxas associativas nas aposentadorias. A constatação coloca em xeque o discurso do governo sobre ter tomado todas as medidas preventivas no caso.

Na semana passada, a corporação e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram uma operação para apurar a existência de um esquema de desvio de recursos em descontos de beneficiários do INSS. O caso resultou na demissão de Stefanutto.

Segundo as representações da PF e da CGU, após prometer ser bastante "duro" e anunciar que levaria o assunto às autoridades competentes, Stefanutto autorizou os abatimentos em benefício de associações suspeitas. Para a PF, o único interesse da cúpula do órgão era continuar desviando os montantes para as entidades investigadas.

"Afirmou, ainda, que 'a regra do jogo é só inserir desconto associativo com assinatura real da pessoa. Quem estiver simulando, quem estiver inventando coisa, não tenha dúvida de que eu serei bastante duro com esse tipo de comportamento'", diz trecho do relatório sobre o posicionamento do então presidente do INSS.

As declarações são de abril de 2024 e foram publicadas no site do INSS. No mês anterior, Stefanutto suspendeu as cobranças de descontos associativos até o desenvolvimento de mecanismos mais seguros de autorização, como verificação de identidade, com implementação de biometria facial dos aposentados e assinatura eletrônica avançada. O ex-presidente também prometeu revisar os acordos de cooperação técnica fechados com associações e entidades para descontos de mensalidades associativas.

No entanto, segundo a PF, essa foi apenas uma "aparente diligência publicizada", pois, internamente, a direção do INSS buscava uma solução transitória que possibilitasse a retomada dos descontos. E isso, de fato, aconteceu. Em junho de 2024, Stefanutto determinou o "desbloqueio excepcional" de descontos em benefício de entidades investigadas, mesmo sem os requisitos técnicos definidos pela Dataprev e sem previsão normativa.

"Nesse contexto, as ações divulgadas pelo INSS para impor maior rigor e controle à implementação de descontos associativos não atingiram os efeitos a que se propuseram, à medida que a direção da Autarquia autorizou excepcionalizações às regras de regência da matéria, sem que existisse previsão normativa para tanto ou, sequer, tivessem sido realizadas análises que pudessem sustentar o interesse dos aposentados e/ou pensionistas nos atos", afirma a corporação.

Segundo os investigadores, "o único interesse em voga e observado pela direção do INSS foi o das entidades associativas". O inquérito aponta indícios da prática dos crimes de corrupção passiva, inserção de dados falsos em sistema de informações e violação de sigilo funcional. O **Correio** tentou contato com a defesa de Stefanutto, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

Fraude no INSS

O papel de cada suspeito, segundo as investigações

Geovani Spiecker

Diretor substituto afastado do INSS, enviou à Dataprev dados de beneficiários para descontos associativos indevidos.

Alessandro Stefanutto

Ex-presidente do INSS suspendeu novas adesões de contribuições associativas devido a denúncias e prometeu rigor contra fraudes. Porém, posteriormente, autorizou o desbloqueio em lote desses descontos, a pedido da Contag, contrariando procedimentos internos e um parecer da PFE-INSS.

André Fidelis

O então diretor de benefícios do INSS, mesmo diante de denúncias, assinou novos termos de cooperação com entidades associativas e participou de uma festa de uma entidade investigada. Ele foi exonerado em julho de 2024. A PF investiga as relações financeiras dele com essas entidades, assim como a atuação do filho, advogado, que tem ligações e recebeu valores de empresas relacionadas às associações.

Jucimar da Silva

Coordenador do INSS, participou da autorização para desbloquear descontos associativos, a pedido da Contag, e assinou a nota técnica que informava a implementação de uma regra transitória para esses descontos a partir de junho de 2024, com uso de biometria.

Virgilio de Oliveira Filho

Procurador-Geral da PFE-INSS, ratificou o desbloqueio em lote de benefícios para descontos associativos, mesmo havendo um parecer inicial contrário, alegando baixa complexidade jurídica. A mulher e a irmã dele têm empresas que receberam valores significativos de pessoas e empresas ligadas a investigados no esquema.

Alertas ignorados

A investigação revelou que o INSS ignorou, em pelo menos seis ocasiões, os alertas dos órgãos de controle sobre a suposta fraude bilionária em descontos de beneficiários. Segundo o documento, mesmo com os avisos, o instituto manteve os valores, para atender as entidades apontadas na apuração.

Segundo a PF, as "medidas preventivas" para impedir a ocorrência das fraudes não foram tomadas pelo INSS "a despeito das reiteradas manifestações da ocorrência de descontos associativos indevidos, de uma multiplicidade de notícias veiculadas na imprensa acerca da ocorrência de descontos sem autorização dos beneficiários, de Acórdão do Tribunal de Contas da União requerendo a suspensão desses descontos até a adoção da solução de biometria normativamente prevista".

Conforme os investigadores, ex-diretores do INSS e pessoas relacionadas a eles receberam, ao todo, mais de R$ 17 milhões em transferências de intermediários que faziam os descontos irregulares.

As informações da PF contradizem as alegações do governo federal. Em nota divulgada na semana passada, o INSS afirmou que adotou providências que facilitam o cancelamento dos descontos pelos beneficiários e implementou regras mais duras para acordos com entidades.

Suspeita fez 33 viagens em um ano

Duas das entidades investigadas no esquema de fraudes do INSS funcionavam no mesmo endereço, em Fortaleza, por mais de quatro anos. A Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB) e a Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional (AAPEN).

"Tal relacionamento, assim como o compartilhamento de endereço, sinaliza para a possibilidade de se tratar de uma organização única, dividida para possibilitar ganhos de mercado", ressalta o relatório da corporação.

Ambas as associações são comandadas por Cecília Rodrigues Mota. Servidora pública federal aposentada e advogada, ela fez **33 viagens** em menos de um ano, inclusive, para destinos internacionais.

O escritório dela recebeu valores de associações investigadas e remeteu-os a pessoas jurídicas pertencentes a parentes de servidores do INSS. "A Rodrigues & Lima Advogados enviou R$ 630.695,28 à Xavier Fonseca Consultoria, por meio de 4 TEDs transacionados no período de 01/11/2023 a 30/04/2024. Xavier Fonseca Consultoria é empresa da irmã de Virgilio Antonio Ribeiro de Oliveira Filho, Procurador-Geral da PFE – INSS", diz a PF.

Também consta que Cecilia Rodrigues enviou R$ 520.695,28 para Eric Fidelis Sociedade Individual de Advocacia, entre novembro de 2023 e abril de 2024.

Reprodução

Cecília Rodrigues Mota é investigada por envolvimento em fraude no INSS

Muitas bagagens

As viagens ocorreram entre janeiro e novembro de 2024. Em menos de um ano, ela esteve em destinos como Dubai, Paris e Lisboa. A PF afirma que as viagens tiveram duração curta, algumas de apenas um dia, e movimentaram muitas bagagens, "indicando transporte de valores físicos ou documentos estratégicos". Além disso, segundo os investigadores, as passagens eram compradas com pouca antecedência ou até mesmo no momento do embarque, "sugerindo planejamento mínimo para evitar rastreamento". Quando voltou de Dubai, por exemplo, a advogada despachou 31 malas.

A empresa é do filho de André Paulo Felix Fidelis, ex-diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS, setor responsável pela celebração dos acordos com as entidades associativas.

A PF também investiga um repasse no valor de R$ 5,2 milhões feito pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) à agência de turismo Orleans Viagens Ldta, com sede em São Bernado do Campo (SP). É apurada a contratação de uma empresa de locação de estruturas para eventos e de um bufê — que receberam transferências fracionadas da entidade.

A Contag foi a entidade que mais recebeu do INSS. Segundo a Controladoria-Geral da União (CGU), entre 2019 e 2024, a confederação arrecadou mais de R$ 2 bilhões por meio de descontos em mais de 1,3 milhões de benefícios de aposentados e pensionistas.

Em nota, a Contag diz ter "compromisso com a legalidade em todas as suas ações e se coloca à disposição para colaborar com as investigações". A agência Orleans Viagens negou qualquer irregularidade e afirmou que todos os valores recebidos são referentes a passagens aéreas adquiridas para eventos e congressos realizados pela entidade. "A Orleans Turismo e seus sócios jamais tiveram ou têm qualquer vínculo de amizade, negócio com diretores ou funcionários da Contag", frisa a empresa.

Ontem, a oposição ao governo Lula na Câmara conseguiu as 171 assinaturas necessárias para instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do INSS. O documento deve ser protocolado nesta quarta-feira. (**LP**)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

pacífico

Federação PP-União Brasil e fusão PSDB-Podemos miram o pós-Bolsonaro

Sepultado o projeto de anistia dos envolvidos no 8 de Janeiro de 2023 pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos), o PP e o União Brasil, e o PSDB e o Podemos se movimentam para ocupar o espaço vazio na centro-direita, deixado pela inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro, que convalesce ainda de uma grave cirurgia e está impedido de disputar as próximas eleições pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Mesmo que não venha a ser condenado no processo no qual é acusado de tentativa de golpe de Estado — além de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado —, Bolsonaro já é tratado como carta fora do baralho pelas principais lideranças desses partidos.

O ex-presidente da República está hospitalizado, em lenta recuperação da complexa cirurgia que fez para reconstituir a parede abdominal, porém mantém sua candidatura a presidente da República como um chapéu na cadeira, para não perder protagonismo. Tudo indica que pretende lançar em seu lugar um dos filhos, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ou o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que está licenciado do mandato e se autoexilou nos Estados Unidos.

Outra opção seria a ex-primeira-dama Michele Bolsonaro, que ensaia uma candidatura ao Senado por Brasília. Por ora, Bolsonaro diz que seu candidato será o Jair, o Messias ou o Bolsonaro, pela ordem, o que sinaliza que pretende mesmo lançar alguém da família em vez de apoiar o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). As eleições de 2026 estão logo ali, e as demais forças políticas já se movimentam para ocupar o cenário político da centro-direita.

Federação

O União Brasil e o Progressistas (PP) anunciaram ontem a criação de uma federação partidária, que será registrada com o nome de União Progressista. Com isso, passam a ter a maior bancada na Câmara, com 109 deputados federais, 14 senadores, o maior número de prefeitos (1,4 mil) e o maior fundo de financiamento de campanha eleitoral do país, R$ 953,8 milhões em 2024, além de R$ 197, 6 milhões de fundo partidário. As federações partidárias são alianças verticalizadas, com duração de quatro anos, mas não implicam extinção ou fusão de partidos.

Além dos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), o senador Rogério Marinho (PL-RN) e o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, aliados de Bolsonaro, compareceram ao lançamento da nova federação, no Salão Nobre da Câmara. Seu maior beneficiário é o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), cuja candidatura à Presidência em 2026 está fortalecida.

PP e União Brasil, de pronto, ampliaram o poder de barganha que terão no Congresso na relação com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de cujo governo participam. Entretanto, o recado de que vão para oposição foi dado pelos presidentes do PP, Ciro Nogueira (PI), e do União Brasil, Antonio Rueda, ao afirmarem que a responsabilidade fiscal e a responsabilidade social são os dois eixos de atuação da nova federação.

"Defendemos um choque de prosperidade, com medidas profundas no campo econômico e regulatório, que coloquem o Brasil em linha de competitividade com as nações mais eficientes do mundo", diz o manifesto lançado pela nova federação. Nos seis primeiros meses de atuação, a federação terá uma presidência compartilhada entre Nogueira e Rueda, até que um novo presidente seja eleito. O ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) pleiteia o cargo.

Fusão

Outra movimentação importante é a fusão do PSDB com o Podemos, aprovada ontem pela cúpula tucana, por unanimidade. Uma convenção nacional, marcada para 5 de junho, foi convocada para oficializar a união, que depende de aprovação do Tribunal Superior Eleitoral. O nome provisório da nova legenda é PSDB+Podemos. Com essa iniciativa, o PSDB pretende estancar o seu declínio político e consolidar seu movimento em direção ao centro, ao se unir a um partido que vem tendo crescimento, o Podemos.

Juntos, PSDB e Podemos terão 28 deputados federais, sete senadores, 405 prefeitos e três governadores, além de um fundo eleitoral de R$ 384,6 milhões e R$ 77 milhões em fundo partidário (números de 2024). "Até o início de junho, nós teremos uma nova configuração partidária dentro desse chamado centro democrático", declarou o ex-governador de Goiás Marconi Perillo, que preside o PSDB.

O governador gaúcho Eduardo Leite, que estava de malas prontas para deixar o PSDB e se filiar ao PSD, a convite de Gilberto Kassab, pode permanecer no partido para ser candidato a presidente da República. Essa é a aposta de Aécio Neves, líder histórico dos tucanos e um dos artífices da fusão. A governadora de Pernambuco, Raquel Lira, já migrou para o PSDB, e o destino de Eduardo Riedel, governador de Mato Grosso do Sul), ainda está indefinido.